



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



1 **Ata da reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde de Campinas realizada aos vinte**
2 **e sete dias de abril de dois mil e onze.** Estiveram presentes os conselheiros municipais de
3 saúde, conforme lista de presença em anexo. Sr. Francisco abriu a reunião, justificando a
4 ausência do Presidente, assumindo como Presidente em Exercício. Realizou a leitura das
5 pautas, sendo: **I. Informes; II. Votação da Ata de 23 de fevereiro de 2011; III. Apresentação**
6 **da Organização da IXª Conferência Municipal de Saúde; IV. Indicação/Votação dos**
7 **membros das Comissões do Conselho Municipal de Saúde; V. Apresentação, discussão e**
8 **deliberação da Prestação de Contas da Secretaria Municipal de Saúde, 4º Trimestre de**
9 **2010 – acumulado janeiro à dezembro, a ser realizada pelo Sr. Fábio Forte; VI.**
10 **Apresentação, discussão e deliberação sobre a especialidade Oftalmologia em Campinas**
11 **(Convênio entre a Secretaria Municipal de Saúde e o Instituto Penido Burnier e**
12 **Aditamento do Convênio 80/10 – Complexo Hospitalar Ouro Verde).** Falou sobre os
13 informes, sendo que estão se alongando muito. Defendeu a liberdade de fala e solicitou que
14 todos utilizassem o espaço para informes de interesse geral. Apontou que as questões
15 individuais deveriam ser encaminhadas, por escrito, para a Comissão da Secretaria
16 Executiva, para que sejam encaminhadas aos órgãos competentes. Falou que podem ocorrer
17 casos que virem pautas. Informou que a pauta do Projeto de Lei da Gestão Compartilhada
18 será tratada na reunião extraordinária de maio, a ocorrer em 11 de maio. O Sr. Trombetta
19 informou que, mesmo depois da matança das capivaras, a incompetência dos gestores
20 continua. Falou sobre a questão das antenas dos celulares, onde não há fiscalização, assim
21 como a questão dos aparelhos de ar-condicionado dos supermercados, os quais não são
22 fiscalizados. Sugeriu a criação de uma comissão para averiguação do trabalho Vigilância em
23 Saúde. O Sr. Gerardo falou sobre a aprovação ocorrida na última reunião, que reforçou o
24 trabalho contra a privatização. Falou que, no dia 13, houve uma tentativa de dialogar com a
25 população sobre a importância de não privatizar. A mesma discussão ocorreu na Pré-
26 Conferência. Debateram nos centros de saúde, panfletando. Falou sobre as informações
27 contidas nos panfletos, sendo uma orientação, um material que pode ser consultado,
28 contendo um cronograma das ações. Falou sobre o ato que ocorrerá amanhã em defesa da
29 gestão pública do CHOV. A Sra. Juliana Turno falou sobre a Pré-conferência do Distrito de
30 Saúde Norte, o qual ocorrerá na CATI, no dia 05 de maio, das 17 às 22 horas. A Sra. Maria
31 Helena falou sobre o início do Plano de Ações e Metas da VISA. Diz que foi dado vagas para
32 usuários dos Distritos e para o Conselho Municipal de Saúde, porém só a mesma
33 compareceu na reunião. Lembrou que amanhã ocorrerá a continuação do PAM. A Sra.
34 Luciane solicitou que fosse enviada uma síntese do que é decidido no Conselho Municipal de
35 Saúde, para facilitar a divulgação das atividades do Conselho. O Sr. Mariante questionou a
36 resolução aprovada na reunião passada. Solicitou que fosse feito o mais rápido possível.
37 Perguntou se no dia 11 de maio haverá a discussão da Gestão Compartilhada e apontou que
38 não seria ideal vir para a reunião sem material para análise. Sugeriu que o Conselho
39 Municipal de Saúde delibere que seja enviado o material previamente. O Sr. Francisco
40 respondeu que existe um prazo legal de até 30 (trinta) dias para apresentar a resolução.



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



41 Falou que combinou com o Sr. José Carlos que seja antecipada a construção da resolução
42 para publicação em Diário Oficial. Justificou que foi decidido, na Comissão da Secretaria
43 Executiva, pressionar o envio do material e que viesse alguém do governo para apresentar a
44 gestão compartilhada. Solicitou a presença de um gestor na mesa. O Sr. José Carlos ressaltou
45 o convite do debate sobre “Acidente de Trabalho e Previdência Social”, organizado pelo
46 CEREST e sobre a Pré-Conferência do Distrito de Saúde Norte. O Sr. Francisco questionou se
47 algum conselheiro não assinara a lista. No item II da pauta, o Sr. Francisco justificou que a
48 Secretaria Executiva realizou as correções apontadas no Mandato de Segurança, tais como
49 apenas uma ata, a inclusão dos nomes dos conselheiros municipais que votaram para seus
50 representantes na Comissão Fiscal de Saúde e na Comissão da Secretaria Executiva e os
51 nomes da Comissão Eleitoral. A Sra. Izabel apontou um erro de digitação no nome do Sr.
52 Edson Bueno, o qual estava escrito como Edson Baqueiro. Com a correção, em regime de
53 votação, o Conselho Municipal de Saúde **APROVA a ata do dia 23 de fevereiro**, com 03 (três)
54 abstenções. O Sr. Francisco explicou que a ata não fora colada, para que fossem verificados
55 os erros. Informou que o Sr. José Carlos fará a correção e enviará novamente e que deverá
56 ser assinada na próxima reunião. No item III da pauta, o Sr. Francisco realizou a
57 apresentação da organização da IXª Conferência Municipal de Saúde. Explicou a importância
58 deste evento para a discussão das políticas públicas de saúde. O Sr. Francisco Genésio
59 questionou sobre o Regimento Interno da Conferência. O Sr. Francisco explicou que o
60 Regimento Interno fora encaminhado previamente para que os conselheiros e delegados
61 apontassem modificações antecipadamente. Explicou que a votação deverá ocorrer na
62 sexta-feira, para que os trabalhos no sábado não fossem comprometidos. Solicitou que o Sr.
63 Genésio encaminhasse as sugestões por escrito. O Sr. Rodrigo propôs a liberdade de voz
64 para todos os participantes, para evitar uma situação que ocorreu na Conferência de Saúde
65 Mental. O Sr. Francisco respondeu que o presente Regimento já abrange o proposto. No
66 item IV da pauta, o Sr. Francisco apresentou as Comissões de Acompanhamento de
67 Convênios e as Comissões do Conselho Municipal de Saúde e solicitou que os conselheiros
68 preenchessem as fichas de interesse e as entregassem para a Sra. Ivonilde. O Sr. Rodrigo
69 perguntou se somente conselheiros usuários poderiam participar das comissões de
70 acompanhamento. A Sra. Eloísa falou que participava da Comissão de Acompanhamento do
71 Complexo Hospitalar Ouro Verde desde o início, sendo, inclusive nomeada por portaria
72 assinada pelo Secretário de Saúde, e, de repente, foi excluída da Comissão por não ser
73 conselheira usuária. Solicitou explicações sobre o fato, onde foi informada que existia uma
74 portaria do Ministério da Saúde, onde cita o fato que conselheiros trabalhadores não podem
75 compor uma Comissão de Acompanhamento. Solicitou que fosse discutido este fato, pois
76 é complicado privar o conselheiro trabalhador de participar destas Comissões. O Sr. Rodrigo
77 questionou se é possível preencher o formulário, considerando a participação de
78 trabalhadores nas Comissões de Acompanhamento de Convênios. O Sr. Francisco sugeriu
79 que fosse aberta a discussão sobre o assunto. Ressaltou que a discussão abrange apenas as
80 Comissões de Acompanhamento. Apontou que existe um precedente da Gestão anterior,



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



81 onde a Sra. Eloísa participava da Comissão de Acompanhamento do CHOV. Sugeriu que os
82 conselheiros trabalhadores apontassem o interesse. Afirmou que o Conselho Municipal de
83 Saúde deve ser soberano em indicar seus representantes nas comissões. O Sr. Rodrigo
84 concordou com a sugestão do Sr. Francisco e que todos devem preencher as fichas e depois
85 realizar a compilação. O Sr. Francisco apontou que a portaria não é do Ministério da Saúde e,
86 sim, da Secretaria Municipal de Saúde, podendo ser revista a qualquer momento. O Sr.
87 Trombetta afirmou que, por se tratar de Comissões, todos os interessados podem participar.
88 A Sra. Eloísa falou que se trata de uma Portaria Municipal e fez um indicativo de que o
89 Conselho Municipal de Saúde recomende a revisão da portaria, permitindo que
90 trabalhadores atuem na comissão de acompanhamento. A Sra. Izabel falou que a Comissão
91 de Acompanhamento dos convênios tem o papel de fazer o controle social e a fiscalização
92 em *locus*. Falou que somente usuários podem fazer a pesquisa de opinião de usuários. Diz
93 que o Ministério da Saúde explicou que são os usuários que devem fazer esse controle. Diz
94 que a presença do trabalhador acabava intimidando os usuários, os quais não respondiam
95 fielmente. A Sra. Eloísa falou que é preciso um trabalho em conjunto entre trabalhadores e
96 usuários. Diz que já trabalhou em Comissão de Acompanhamento do CHOV, onde não
97 ocorreu constrangimento de usuários devido a presença de conselheiros trabalhadores.
98 Falou que não faz mais esse acompanhamento, devido à carga de trabalho. Ressaltou que
99 nunca teve constrangimento. A Sra. Estela lembrou que existe uma necessidade de uma
100 câmara tripartite, como uma premissa do SUS. Ressaltou que o conselheiro trabalhador é
101 membro participante do SUS, tendo condições de realizar essa análise, podendo realizar o
102 controle social com cidadania e como um tributo aos impostos pagos. Ressaltou que é
103 princípio básico do SUS. O Sr. Francisco realizou a leitura da Portaria nº 15, de 23 de
104 dezembro de 1996, a qual fala da Comissão Permanente de Política Hospitalar, a qual analisa
105 os relatórios das Comissões de Acompanhamentos. Diz que existe o apontamento da
106 presença de 03 (três) conselheiros municipais de saúde, do segmento usuário, na comissão
107 permanente. Sugeriu que o Conselho Municipal de Saúde desconsiderasse essa orientação
108 de ter somente conselheiros usuários nas Comissões de Acompanhamento e que fossem
109 indicados conselheiros trabalhadores. Em regime de votação, o Conselho Municipal de
110 Saúde **APROVOU a proposta de trabalhadores poderem participar das comissões de
111 acompanhamento, por unanimidade.** Após, o Sr. Fábio Forte de Andrade realizou a
112 apresentação da Prestação de Contas da Secretaria Municipal de Saúde, referentes ao 4º
113 Trimestre de 2010, acumulado de janeiro à dezembro. Explicou as fontes de recursos da
114 Prefeitura, sendo a receita de impostos municipais e transferências constitucionais legais, do
115 período de janeiro a dezembro de 2010, no valor de R\$ 1.783.913.743,10 (um bilhão,
116 setecentos e oitenta e três milhões, novecentos e treze mil e setecentos e quarenta e três
117 reais e dez centavos) e a transferência de recursos do SUS, no referido período, no valor de
118 R\$ 210.124.074,06 (duzentos e dez milhões, cento e vinte e quatro mil, setenta e quatro
119 reais e seis centavos). A despesa total com Saúde, pela Administração Direta da Prefeitura
120 Municipal de Campinas, no período de janeiro a dezembro de 2010, foi no valor de R\$



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



121 647.261.011,61 (seiscentos e quarenta e sete milhões, duzentos e sessenta e um mil e onze
122 reais e sessenta e um centavos) e a despesa com a Administração Indireta – Hospital
123 Municipal Dr. Mário Gatti, no valor de R\$ 28.091.152,23 (vinte e oito milhões, noventa e um
124 mil, cento e cinquenta e dois reais e vinte e três centavos), mais os gastos com o quadro de
125 Recursos Humanos do Hospital, o qual é pago pela Secretaria Municipal de Saúde. Explicou
126 que a Emenda 29 determina que 15% (quinze por cento) da receita municipal deve ser gasto
127 com a Pasta da Saúde, sendo que o município de Campinas investiu 23,56% de sua receita
128 com a Saúde. Abertas as falas, a Sra. Wilma falou que conversou sobre o fato de pacientes
129 de outros locais que são atendidos em Campinas e não há repasse para a Secretaria de
130 Saúde. Perguntou sobre o IPVA, se o mesmo é repassado para o município onde o carro é
131 registrado ou onde roda. Falou sobre o gasto com Recursos Humanos do Hospital Municipal
132 Dr. Mário Gatti, que sempre vem apontado como alto. Falou que o funcionário quando é
133 transferido, muda o Centro de Custo, o que não ocorre com alguns médicos, onerando a
134 folha de pagamento do HMMG, criando uma análise equivocada do quadro de RH. Falou
135 sobre o Instituto Penido Burnier, se o mesmo é pago apenas com repasse do Governo
136 Federal. Perguntou do gasto do próprio com esse convênio. Perguntou dos R\$ 30.000.000,00
137 (trinta milhões de reais) para concurso público, se continua no Fundo da Prefeitura.
138 Perguntou se a verba pode ser usada para outra finalidade. Falou que a verba de 2009
139 comprometida com a Saúde, foi na ordem de 27,23% e a verba de 2010, gasta com a Saúde
140 permaneceu em 23,56%. Falou que existe uma queda da verba gasta com Saúde e
141 questionou os motivos. O Sr. Mendes perguntou por que não se apresentou quanto
142 Campinas deve e apenas quanto tem em caixa. Falou que é importante a população
143 conhecer o montante da dívida, pois é o povo que paga a dívida do município. A Sra. Maria
144 Helena falou que leu uma reportagem que a Prefeitura de Campinas devolveu R\$
145 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais), que deveriam ser empregados para
146 implantação dos NASFs, pois o projeto não foi implantado. Falou sobre são devolvidos
147 muitos recursos obtidos por emendas parlamentares e que, agora, existe mais essa verba
148 que fora devolvida. O Sr. Trombetta lembrou que denunciou o SAMU, onde se gastava muito
149 com pintura e manutenção de viaturas. Afirmou que, nesse convênio, eram realizados
150 serviços para outras Secretarias, tais como Guarda Municipal. Apontou que o gasto envolvia
151 outras Secretarias Municipais. Falou que foram apresentados os convênios com a Gocil e a
152 com a limpeza com valores altos. Perguntou quantos funcionários estão contratados nestes
153 convênios, sendo que essas informações não foram repassadas ao Conselho Fiscal de Saúde.
154 Apontou que muitos gastos de outras Secretarias são pagos pela Secretaria Municipal de
155 Saúde. Afirmou que o gasto com transporte é muito elevado, sendo que existem muitos
156 veículos inutilizados nos Distritos por falta de combustível ou manutenção. Afirmou que não
157 aprovará a Prestação de Contas, devido à falta de justificativas referentes a esses assuntos. A
158 Sra. Marlene perguntou sobre a folha do HMMG e perguntou sobre o convênio com o
159 Instituto Raskin. Apontou que há mais de um ano não são encaminhados pacientes para o
160 Instituto Raskin e fora apontado gasto com esse convênio. O Sr. Fábio respondeu que ainda



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



161 não há controle de pacientes de outros locais, o que só ocorreria com muita conversa e
162 implantação de medidas, tais como o cartão SUS e uma pactuação entre os municípios.
163 Explicou que o SUS é universal e não é possível cercear o atendimento à pacientes de outras
164 localidades. Sobre o IPVA, apontou que não há como interferir, pois é legislação estadual,
165 sendo que o IPVA arrecadado é encaminhado ao município de registro. Apontou que houve
166 questionamentos se seria possível direcionar licitações para contratação de veículos do
167 município de Campinas, respondendo que, segundo a Lei de Licitações, não se pode
168 direcionar para veículos do mesmo município, sendo que se uma empresa de outro local
169 apresentar preço mais baixo, ganha a licitação. Sobre os gastos do HMMG, não sabe
170 responder se existem médicos lotados no hospital atuando em outros locais, mas verificará.
171 O recurso do convênio com o Instituto Penido Burnier é federal, sendo verba carimbada.
172 Explicou que o Fundo Municipal de Saúde apenas repassa as verbas para os prestadores.
173 Respondeu que são acrescidos repasses do próprio nos convênios com as casas de apoio,
174 com o Serviço de Saúde “Dr. Cândido Ferreira” e com a SPDM. Sobre a verba de R\$
175 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) do concurso público, explicou que ainda estão no
176 orçamento, pois não foram utilizados ainda. Explicou que o recurso está na previsão
177 orçamentária e que somente será executado quando o concurso for realizado. Afirmou ser
178 possível remanejar os recursos previstos no planejamento orçamentário, devendo passar
179 pela Câmara dos Vereadores, dependendo do valor. Sobre a verba de 2009 e 2010, explicou
180 que o percentual do gasto próprio diminuiu, devido a dívidas e restos a pagar. Não tem
181 acesso à dívida total municipal, somente às dívidas da saúde, sendo fornecedores que
182 ficaram de receber, sendo pagos neste ano. Falou que quem gerencia a dívida de Campinas é
183 a Secretaria de Finanças. Sobre a verba do NASF, explicou que a verba nem chegou ao Fundo
184 Municipal de Saúde. Explicou que a cidade teria a verba caso cadastrasse as equipes
185 ampliadas. Esclareceu que a verba nem chegou, então não fora devolvido. Sobre a questão
186 das ambulâncias, explicou que a SMS tem contrato específico para manutenção das viaturas,
187 sendo 03 (três) contratos, de acordo com a marca das viaturas. Explicou que a conta do
188 SAMU parecia alto, pois não eram separados os gastos com manutenção de todos os
189 veículos da SMS, e não somente os veículos do SAMU. Esclareceu que explicou ao Ministério
190 Público, sendo arquivada a denúncia. Falou que existe um convênio geral de transporte para
191 o município e um convênio específico para a SMS, para o transporte de funcionários da
192 dengue. Explicou que apresentou o gasto com o Instituto Raskin, pois a prestação é
193 acumulativa de 2010, sendo que não aparecerá mais nas prestações de 2011, sendo que o
194 convênio finalizou-se em outubro de 2010. A Sra. Sílvia Carmona esclareceu que os médicos
195 podem dividir suas cargas horárias, porém devem estar lotados em apenas um local. Diz que
196 isso não criaria um impacto tão sensível na folha de pagamento do HMMG. Afirmou que
197 pode ocorrer o contrário, sendo o médico lotado na rede e estar prestando serviços no
198 hospital. Apontou que existe uma demora da mudança do centro de custo do médico, pois
199 quem realiza a alteração deste centro de custos é apenas a Secretaria de Recursos Humanos.
200 Explicou que em muitas ocasiões, o profissional já fora remanejado e o centro de custo



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



201 permanece no mesmo local. Assegurou que isto não é uma rotina e não gera um impacto na
202 folha de pagamentos. Explicou que horas extras geram um impacto importante. O Sr.
203 Gerardo perguntou sobre os gastos da SMS, entre 2009 e 2010, apontando a queda muito
204 grande. Diz que não poderia ser aceita a justificativa da crise financeira. Apontou que sua
205 intenção seria rejeitar todas as contas, porém, como não fora realizado o debate, sugeriu
206 que a prestação de contas fosse aprovada com uma ressalva de debate do orçamento da
207 SMS, no Conselho Municipal de Saúde. Propôs que na Conferência seja feita uma
208 deliberação do debate do orçamento, para que não seja aceita a diminuição dos gastos com
209 a Saúde. Diz que os assuntos referentes aos gastos com a Saúde devem ser tratados
210 profissionalmente. O Sr. Mariante diz que avaliação dessa prestação não seja um exercício
211 burocrático contábil, pois o Conselho Municipal de Saúde, como um órgão de controle
212 social, tem um papel político. Diz que é importante o detalhamento das informações, mas a
213 avaliação política é muito mais importante. Diz que a informação trazida da diminuição dos
214 gastos foi vaga. Apontou que não aceita a justificativa para a diminuição, não parecendo
215 correto que o argumento da crise financeira rebata os gastos com a saúde. Diz não ser
216 aceitável que o SUS tenha balanceado as contas da Saúde, pois muitas vezes foram
217 realizadas discussões, onde se apontava a falta de recursos para iniciativas na área da Saúde.
218 Refletiu se seria o caso de uma aprovação com ressalva ou mesmo de uma rejeição.
219 Reafirmou não ser um exercício de contador, e sim avaliação política das contas. Falou que
220 parece que a SMS não cumpriu seu papel, mesmo gastando mais que a Emenda 29. No seu
221 ponto de vista, se trata de rejeitar, devido à redução dos gastos. Justificou que a crise
222 financeira não pode afetar a Saúde. Falou que o papel do conselheiro é apontar que a gestão
223 está errada. Falou sobre o percentual do Estado, sendo este ridículo, porém, este não deve
224 ser a pauta no CMS e, sim a discussão do repasse do Estado para o município. Afirmou que
225 existe a avaliação da redução das verbas para a Saúde em 2010 e uma projeção de
226 orçamento para 2011, sendo necessário discutir e avaliar se ocorrerá a triste constatação de
227 uma nova redução. Defendeu a rejeição da prestação de contas, como um gesto político de
228 apontar os erros da Gestão, para que não ocorra novamente nos próximos acumulados. O
229 Sr. Francisco falou que as contas devem ser rejeitadas politicamente, o que não implica em
230 faltar dinheiro para a Saúde. Diz tratar de uma rejeição política, pois não concorda com a
231 diminuição das verbas municipais com a Saúde. Apontou dois argumentos centrais para a
232 rejeição, sendo que a despesa total com a saúde no município foi apenas 2,8%, onde a
233 inflação foi em torno de 5,9%, ocorrendo perda de dinheiro, o que impacta na redução da
234 qualidade dos serviços. Se olhar, todos os anos, mesmo com as crises financeiros, o gasto
235 com a saúde cresceu menos que a inflação, sendo este, um fato inédito. Diz que o outro
236 argumento é que a SMS gastou R\$ 47.000.000,00 (quarenta e sete milhões de reais) com o
237 convênio com a SPDM, mesmo após a votação e aprovação, no CMS, da municipalização da
238 Gestão do CHOV. Sugeriu que o Conselho Municipal de Saúde construa uma resolução
239 explicando as razões pela rejeição. O Sr. Pedro Humberto solicitou esclarecimentos sobre a
240 diminuição dos gastos com a Saúde, onde houve uma discussão no Colegiado Gestor, onde a



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



241 não aplicação dos investimentos em obras que não se iniciaram não contaram no
242 orçamento, implicando em diminuição das verbas. Colocou-se favorável à prestação de
243 contas da SMS, pois o apresentado não foi uma justificativa da não utilização das verbas e,
244 sim, de problemas em obras não realizadas, por questões externas à SMS, sendo a não
245 ocorrência do investimento previsto no orçamento. Justificou que o CMS tem que ter a
246 capacidade de avaliar, pois envolve a prestação de contas é uma ferramenta importante,
247 inclusive na questão dos repasses financeiros. O Sr. Rodrigo falou que existem problemas na
248 manutenção predial e nas infra-estruturas. Diz que as manutenções solicitadas não são
249 realizadas a contento. Perguntou se os gastos com reformas entram na prestação de contas.
250 Falou sobre a diretriz ministerial e sobre a grandeza do município, o qual só conseguirá
251 possuir a infra-estrutura necessária para a Saúde, investindo mais que o determinado pela
252 Legislação. Apontou que a redução dos gastos com a Saúde, implica em um retrocesso na
253 assistência em saúde no município. Concordou com o Sr. Mariante, sobre a necessidade do
254 CMS se apropriar da discussão sobre o repasse estadual para os municípios. O Sr. Fábio
255 respondeu que orçamento da saúde nunca fora reduzido de um ano para outro, de acordo
256 com a resolução de Conferências Municipais de Saúde, fato observado na análise dos
257 orçamentos aprovados pela Câmara. Explicou que houve uma diminuição do gasto, em
258 relação à Emenda 29, onde indica que o município não pode gastar menos que 15% de sua
259 receita com a Saúde e a Lei Orgânica Municipal, que determina que Campinas não gaste
260 menos que 17% de seu orçamento com a SMS. Ressaltou que a Prefeitura tem gasto 24% de
261 sua receita. Afirmou que, do ponto de vista legal, não existe irregularidade, apesar de,
262 politicamente ser complicado. Explicou que a Prefeitura não realizou o orçamento aprovado
263 pela Câmara, pois não teve verbas devido à dívidas anteriores, o que respinga na SMS, a qual
264 está inserida na Prefeitura. Afirmou que parte das dívidas da Prefeitura, são da Saúde.
265 Explicou que aumentam-se as verbas da Saúde, aprovando-se orçamentos, sendo que no
266 orçamento de 2011 foram incluídas as obras não realizadas, tais como o Pronto Socorro
267 Suleste, o Pronto Socorro Metropolitano, Centro de Saúde Oziel, sendo colocadas em todos
268 os orçamentos anuais. Afirmou que a diminuição do investimento na Saúde aplica-se à obras
269 não realizadas ou aos concursos públicos não executados. Lembrou que não houve
270 ampliação de serviços em 2010, devido ao comprometimento do orçamento com os restos a
271 pagar. Apontou que o Conselho Fiscal de Saúde tem o papel de fazer o intercâmbio entre o
272 Pleno e a SMS, o que não ocorreu, em nenhum momento de análise desta prestação de
273 contas, desde que a entregou, em janeiro. Diz que, se o Conselho Fiscal de Saúde não tem
274 capacidade de analisar a prestação de contas, deve pedir um apoio contábil para entender e
275 ouvir explicações. Afirmou que a PPA fora encaminhada e não teve discussão. Falou que o
276 orçamento do Conselho Municipal de Saúde parece com o orçamento da Secretaria
277 Municipal de Saúde, onde existe a verba e não ocorre a execução por diversos problemas.
278 Explicou que deve ocorrer o planejamento para garantir a execução. Não concorda com a
279 rejeição da prestação de contas, pois a SMS sempre esteve acima dos 22%. Ressaltou que
280 muitas obras que foram planejadas não foram executadas, reduzindo o investimento na



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



281 Saúde. Lembrou que todos os candidatos à presidência da República apresentaram a
282 discussão da Emenda 29 nos planos de governo, porém após 04 meses, nada fora feito.
283 Afirmou que não é prioridade do Governo Federal o aumento do gasto com a Saúde. Diz que
284 esperasse que o percentual cresça em 2011. A manutenção entra nos gastos da Secretaria
285 de Saúde também. Explicou que existe contrato para as pequenas manutenções e, para as
286 grandes reformas, deve-se realizar uma licitação. O Sr. Mamede falou que não pode prestar
287 conta pelo Conselho Fiscal de Saúde anterior, pois acabara de assumir a coordenação. Falou
288 que a partir de agora, pede que a documentação necessária seja encaminhada dentro do
289 prazo legal, sendo discutido depois, a capacidade de gerir ou não. O Sr. Francisco elencou as
290 três propostas de votação, sendo a do Sr. Gerardo pela aprovação com ressalva, a do Sr.
291 Mariante pela rejeição das contas e a da Gestão pela aprovação da prestação de contas.
292 Após, o Sr. Gerardo retirou a sua proposta. O Sr. Aldimir falou que, como conselheiro fiscal
293 do Hospital Municipal Dr. Mário Gatti, o hospital assumiu algumas despesas, as quais a
294 receita não cobre, com a redução dos investimentos na Saúde. Perguntou como será feito, já
295 que a receita que deveria ocorrer não vem ocorrendo. Apontou que o hospital sempre teve
296 as contas em ordem. Justificou que, caso a situação não melhore, o hospital não arcará com
297 as despesas. O Sr. Pedro Humberto solicitou uma questão de ordem, discordando do
298 encaminhamento, argumentando que deverá ser votada a prestação de contas e não
299 propostas. Defendeu que a apresentação fora realizada e as dúvidas sanadas, devendo ser
300 votado como favorável ou contrário à prestação de contas. O Sr. Francisco lembrou que
301 existe a sua proposta em conjunto com o voto contrário, que se trata da criação de uma
302 resolução explicando a rejeição das contas, sendo a redução dos gastos com a Saúde e o
303 pagamento à SDPM, para a Gestão do CHOV, mesmo após a aprovação da municipalização
304 da gestão do hospital, no CMS, ano passado. O Sr. Pedro Humberto solicitou a contagem de
305 quórum e votação nominal. O Sr. José Carlos procedeu com a contagem de quórum. Em
306 regime de votação, o Conselho Municipal de Saúde **NÃO APROVOU a Prestação de Contas**
307 **da Secretaria Municipal de Saúde, 4º Trimestre de 2010 – acumulado janeiro à dezembro,**
308 **por 18 (dezoito) votos contrários, 10 (dez) votos favoráveis e 02 (duas) abstenções, votando**
309 **favorável** os seguintes conselheiros municipais: Sr. Edilson Baqueiro, Sr. Edison Martins
310 Silveira, Sr. Francisco Genésio Lima de Mesquita, Sr. João Xavier, Sra. Juliana Pasti Villalba,
311 Sra. Maria de Fátima Siqueira Silva, Sra. Marlene Feliciano Oliveira, Sr. Pedro Humberto S.
312 Scavariello, Sra. Rosaura Correia Leves, Sra. Sílvia Aparecida M. L. D. Carmona; votando
313 **contrário** os seguintes conselheiros: Sr. Antônio Mamede da Silva, Sra. Cleusa Aparecida da
314 Silva, Sra. Eloísa Israel de Macedo, Sr. Francisco Mogadouro da Cunha, Sr. Gerardo Mendes
315 de Melo, Sra. Izabel Pereira de Oliveira, Sr. José João Anício Lino, Sr. José Mendes Juvenal, Sr.
316 Luís Cláudio Pinto da Penha, Sra. Maria Andrade Gil, Sra. Maria Cristina Souza de Oliveira,
317 Sra. Maria Helena Nogueira, Sra. Matilde Alves Pontes, Sr. Paulo Tavares Mariante, Sra. Rosa
318 da Silva, Sr. Sidney Mendes da Silva, Sra. Terezinha Tibúrcio da Mata Oliveira, Sra. Wilma
319 Rosendo da Silva; **abstiveram-se** os seguintes conselheiros: Sra. Mariene Terumi Umeoka
320 Hidaka, Sr. Rodrigo Fernando Presotto. O Sr. Francisco questionou os conselheiros contrários



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



321 à prorrogação da reunião, sendo aprovada pela maioria. Após, o Sr. Francisco realizou a
322 leitura do número de conselheiros inscritos nas diversas comissões. Apontou que, em
323 somente duas Comissões de Acompanhamento ocorreram mais de dois interessados, sendo
324 a Comissão de Acompanhamento do Hospital Municipal Dr. Mário Gatti e a Comissão de
325 Acompanhamento do Complexo Hospitalar Ouro Verde. Para a Comissão de
326 Acompanhamento do HMMG, interessaram-se o Sr. Luís Cláudio, o Sr. Elzito (Peninha) e a
327 Sra. Marlene. Em votação, os conselheiros usuários e trabalhadores elegeram o Sr. Luís
328 Cláudio, com 23 (vinte e três) votos e o Sr. Elzito, com 17 (dezesete) votos. A Sra. Marlene
329 obteve 12 (doze) votos. Para a Comissão de Acompanhamento do CHOV, interessaram-se o
330 Sr. Gerardo, a Sra. Rosa, a Sra. Maria Gil e a Sra. Teresinha. Em votação, os conselheiros
331 usuários e trabalhadores elegeram o Sr. Gerardo, com 26 (vinte e seis) votos e a Sra. Rosa,
332 com 10 (dez) votos. A Sra. Maria Gil e a Sra. Teresinha obtiveram 08 (oito) votos cada. O Sr.
333 Francisco explicou que, para as outras comissões, não houve mais de dois interessados e que
334 não precisa ser votado. A Sra. Wilma argumentou que todos os conselheiros municipais de
335 saúde podem acompanhar os trabalhos das unidades de saúde, mesmo não participando das
336 Comissões de Acompanhamento. O Sr. Francisco encerrou a presente reunião, agradecendo
337 a participação de todos e justificou que a Comissão da Secretaria Executiva pautará em outra
338 ocasião a pauta não discutida. Nada mais a ser tratado, eu, José Carlos Bortotto Junior,
339 secretário executivo do Conselho Municipal de Saúde, lavro a presente ata, assinando-a
340 juntamente com os demais presentes.